

CLIMA QUENTE A AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS ACONTECE ÀS 14 HORAS, NO AUDITÓRIO DO CCJE

Universidade debate polêmica entre cotas sociais e raciais

Movimento negro não aceita a proposta de reservar vagas só para aluno carente

TATIANA WUO
twuo@redgazeta.com.br

Hoje acontece a primeira primeira audiência pública com movimentos sociais, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), para discutir a implantação de cotas no vestibular. A reunião, marcada para às 14 horas, no auditório do CCJE, deve esquentar a polêmica em torno do assunto. Isso porque entre as propostas defendidas pela Comissão Especial de Inclusão Social da universidade não se fala em cotas para negros e, sim, em cotas sociais, para alunos vindos de escolas públicas.

A Ufes vem debatendo o assunto desde o ano passado, quando a votação da proposta acabou em confusão. O movimento Pró-cotas do Estado defende um sistema que separe 50% das vagas, sendo 26% para negros, 23% para estudantes de escolas públicas e 1% para índios. O crité-

rio para definir quem é negro seria a auto-declaração.

“Quando a universidade faz uma proposta dessa, afirma que existe uma democracia racial em nosso país e não reconhece a ausência de negros em seus cursos. Entendendo que as cotas sociais darão oportunidades iguais, está negando grande parte das mais recentes pesquisas. A resistência da Ufes mostra que o racismo acadêmico e científico é muito presente”, rebate Gustavo Forde, membro do Centro de Estudos da Cultura Negra.

Para ele, as discussões realizadas no ano passado não estão sendo usadas. “Ao reabrir a discussão de cotas de inclusão social, a universidade nos trouxe a sensação de ter negado todo o processo feito no ano passado. Fez de conta que nada daquilo aconteceu e iniciou um novo debate, partindo do zero”.

PESQUISAS. Forde defende que a universidade respalde sua proposta. “Queremos compreender qual foi a base de fundamentação que fez com que a universidade federal negasse as cotas raciais e sugerisse as sociais. A recente pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão ligado ao Gover-



CONFUSÃO. Em 2006, a tentativa de aprovar o sistema de cotas na universidade acabou em protestos. FOTO: GILDO LOYOLA/ARQUIVO

no, sobre as condições de vida do negro de 1929 a 1999, mostra que houve melhoria, mas que quando se faz o recorte racial há uma distância inalterada entre brancos e negros”, acrescenta.

Segundo ele, as políticas universalizadas pautadas

em renda e fatores sócio-econômicos não atingem as desigualdades específicas. “As cotas sociais até poderão beneficiar parte da população afro-descendente, mas esse benefício será mínimo, quase que insignificante”, analisa.

CRITÉRIOS JÁ UTILIZADOS PARA COTAS NO PAÍS

- | | |
|--|---|
| ■ Autodeclaração | descendentes e não são |
| ■ Como é | ■ Contras |
| ■ A pessoa diz se é afro-descendente ou não, com base nas próprias informações | ■ A avaliação é feita com base apenas na aparência física |
| ■ Prós | ■ Documento comprovando a descendência |
| ■ Para o movimento negro, é o primeiro passo para diminuir o preconceito | ■ Como é |
| ■ Contras | ■ A pessoa comprova o que diz com algum documento que ateste sua cor ao nascer ou de algum parente de até 3º grau. Foi adotado pela Prefeitura de Vitória no último concurso. |
| ■ Nada impede que se use de má-fé para usufruir do direito do cotista | ■ Prós |
| ■ Avaliação feita por foto | ■ Pode evitar distorções |
| ■ Como é | ■ Contras |
| ■ Uma comissão avalia a foto dos candidatos e determina se eles têm direito a disputar as cotas. É o critério utilizado pela UNB | ■ A informação que consta na certidão de nascimento nem sempre é correta, já que é feita com base unicamente na declaração do pai |
| ■ Prós | |
| ■ Reduz o número de pessoas que se dizem afro- | |

Proposta já contempla negros, diz Ufes

Para a universidade, eles estão incluídos nas cotas sociais. Proposta deve valer na próxima seleção

O vice-presidente da Comissão Especial de Inclusão Social no Vestibular da Ufes, Antonio Carlos Moraes, considera que o sistema proposto pela universidade contempla os negros por estes já estarem incluídos nas cotas sociais.

“A tendência da comissão é mesmo de reservar vagas para escola pública. Fizemos um estudo sobre as candidaturas no Vestibular da Ufes e os números sobre aprovação nos dão conta de que a questão racial já está colocada na escola pública”, afirma.

De acordo com Moraes, a proposta do Movimento Negro tem sido estudada, mas, conforme simulações feitas pela Comissão, a proposta de reserva para escola pública atende muito mais

ao grupo afro-descendente do que a proposta de cotas para negros.

“Os números da nossa pesquisa mostram que, em 2005, 46 mil alunos concluíram o segundo grau, 36 mil em escolas públicas. Número que se inverte no vestibular: na concorrência, 13 mil alunos vêm de escolas particulares e apenas 9 mil de escolas públicas”, explica.

O consenso a que ainda se falta chegar é como será feita essa reserva de vagas. “Ainda não sabemos se faremos a in-

clusão imediatamente, independentemente do aumento de vagas, ou se faremos a expansão de vagas. O certo é que a implantação acontece ainda esse ano, já para o próximo vestibular”, garante.

Depois da audiência de hoje, as propostas serão apresentadas aos representantes de escolas, no dia 25. No dia 27, a comissão se reúne para discutir as contribuições dos debates para, então, formatar um relatório com proposta que deve ser entregue até o dia 6 de julho.

Pesquisadores Negros

■ **Hoje, às 14h:** Audiência pública com movimentos sociais no auditório do CCJE, na Ufes

■ **Terça, dia 19:** O Centro de Estudos da Cultura Negra promove um colóquio de estudos afro-brasileiros – não é diretamente ligado ao debate de cotas, mas tem como um dos objetivos dar um pontapé inicial nos debates e pesquisas na área. Presença de Henrique Cunha Jr. da Universidade Federal do Ceará e fundador da Associação Brasileira de

■ **Dia 25, às 14h:** Acontece outra audiência pública, dessa vez com os gestores do sistema educacional e entidades representativas da educação. Para este dia, o Movimento Negro está preparando um ato público

■ **Dia 27:** A Comissão se reúne para elaborar o relatório com propostas para entregar ao CEP (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), até o dia 6 de julho